

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE UMA PROFESSORA DA SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA CIDADE DE MOSSORÓ/RN.

Danielle Caroline de Souza Medeiros Lourenço¹

Umberto de Araújo Medeiros²

RESUMO:

No âmbito da educação atual, muito se tem debatido sobre a educação inclusiva e os modos de inserção das pessoas com deficiência nos ambientes educacionais. Um dos modos de trabalho das pessoas com deficiência nas escolas é nas salas de Atendimento Educacional Especializado - AEE, que busca reduzir as barreiras educacionais, trabalhando com as diversas deficiências, habilidades, transtornos, superdotação, entre outros. Baseando-se neste importante papel no contexto escolar desenvolvido por esses ambientes educacionais, propõe-se como objeto de estudo deste trabalho analisar as práticas de uma professora do atendimento educacional especializado – AEE, de uma escola da rede pública municipal na cidade de Mossoró-RN, objetivando identificar o papel do profissional no Atendimento Educacional Especializado. A metodologia desenvolvida foi uma entrevista semiestruturada, com análise qualitativa e observação do trabalho desenvolvido na sala de AEE onde a docente leciona. A pesquisa apresenta um referencial bibliográfico e teórico, além da análise de atividades prática/interventivas por meio de recursos tecnológicos. Os resultados observados e analisados mostram que a professora, sujeito desta pesquisa, contribui com aprendizagem das crianças matriculadas na sala de AEE, com destaque para o trabalho realizado com as crianças que com Transtorno do Espectro Autista. Concluiu-se que a professora busca atividades educacionais e modos de intervenção que ajudem aos alunos no ambiente escolar e na vida social. Viu-se ainda que existe uma parceria importantíssima entre os docentes das salas de aula regulares e a docente da Sala de Recursos, fazendo com que o Atendimento Educacional Especializado seja significativo para os alunos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Sala de AEE, Transtorno do Espectro Autista

1 INTRODUÇÃO

Muito se tem debatido a respeito da inclusão, haja vista que o número de pessoas com deficiência encontra-se em crescimento. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de

¹ Discente do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado (UFERSA), licenciada em Pedagogia (UERN), especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica (FACULESTE). É professora temporária da rede municipal de ensino na Cidade de Mossoró/RN. Email: carolprofa@outlook.com;

² Docente /Orientador. Doutor em Educação (UFRN), Mestre em Educação (UERN), Licenciado em Pedagogia (UFRN) e Filosofia (UERN). É professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) – Campus Angicos. Email: umberto@ufersa.edu.br;

Geografia e Estatística - IBGE em 2019 o número de pessoas com deficiência era de 17,3 milhões, saltando em 2022 para 18,6 milhões, relatando um crescimento quantitativo significativo.

A educação na perspectiva inclusiva nem sempre foi algo debatido e previsto em lei. Antigamente, o número de professores que eram capacitados a trabalhar com a inclusão era mínimo, haja vista que a educação tinha perspectiva de “Educação Especial” e não educação inclusiva. Mas, com o passar do tempo e as necessidades cada vez mais frequentes, a educação especial ganha visibilidade, precisamente a partir da década de 90, através de políticas de inclusão por meio da Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção de Guatemala (2001).

Haja vista a importância sobre os debates que cercam a inclusão, o presente artigo tem como objeto de estudo as práticas de uma professora do atendimento educacional especializado – AEE, de uma escola da rede municipal de ensino na cidade de Mossoró-RN, objetivando identificar o papel do profissional do Atendimento Educacional Especializado, analisando suas práticas para com o público de alunos com deficiências, presente na escola ao qual se encontra alocada.

A professora entrevistada é formada em pedagogia, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, é especialista em Atendimento Educacional Especializado - AEE, pela Universidade Federal do Ceará - UFCE. Segundo o artigo 12 das Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado, “Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial”. Legalmente, a professora/sujeito desta pesquisa apresenta formação para exercer tal função, com uma carga horária semanal de 30 horas, sendo 20 horas dedicada ao atendimento educacional especializado com os alunos e 10 horas dedicado ao planejamento, intervenções e capacitações docente.

O trabalho acima supracitado aborda a função do AEE e analisa a prática da professora do AEE por meio de uma prática interventiva, realizada com um aluno portador do Espectro Autista. Tal prática ocorreu em 3 etapas. A primeira, foi uma observação da prática da professora do AEE para com esse aluno, para que se observasse as preferências, interesses e dificuldades desse aluno. A segunda, foi o momento de interagir e ganhar a confiança do aluno, por meio de jogos, brincadeiras e conversas espontâneas. A terceira, foi a intervenção e utilização dos recursos produzidos para com o mesmo, em que o aluno inicialmente utilizava os recursos com auxílio. Porém, com ajuda e intermédio começou a apresentar boa desenvoltura na utilização dos recursos.

O presente artigo se estrutura em 4 seções. A primeira, aborda a prática pedagógica da profissional entrevistada, destacando a sua atuação, as parcerias e as legislações que dão sustentabilidade a sua prática docente em educação especial. A segunda seção traz uma análise de como se desenvolve o trabalho docente da professora da Sala de Recursos Multifuncional, destacando a sua prática frente ao Atendimento Educacional Especializado. Na terceira seção, será abordado aspectos sobre a prática docente da entrevistada e suas parcerias mediante a Sala de Recursos Multifuncional e como se procura desenvolver a inclusão do aluno em sua totalidade. Na quarta seção será abordada a prática interventiva aplicada pela autora deste artigo em parceria com professora do Atendimento Educacional Especializado.

A metodologia usada no referido trabalho foi uma entrevista semiestruturada de cunho qualitativo, aplicada com a Professora M.A. “As entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto” (BONI & QUARESMA, 2005, p.75). Diante da perspectiva apresentada por esta proposta metodológica, decidiu-se utilizá-la, por se afinar às necessidades da pesquisa.

Como referencial teórico, será utilizada as seguintes leis e obras teóricas: 1) Lei Nº 9.394, De 20 De Dezembro De 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional); 2) Lei Nº 13.146, de 6 De julho De 2015(Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência); 3) Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil (1998); 4) Profissão Docente, do autor Antônio Nóvoa (1996); 4) Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Educação e 5) Diretrizes operacionais da educação especial, dentre outros referenciais.

2 PRÁTICA PEDAGÓGICA

O atendimento Educacional Especializado, acontece por meio da parceria e apoio de todos os membros da equipe escolar. A entrevistada relata trabalhar na sala de recursos multifuncionais em parceria com outra professora, que trabalha em contraturno ao seu. A professora M.A diz que trabalha em parceria com a equipe gestora escolar, coordenação, secretaria e corpo docente.

Sobre o trabalho do professor especializado e os demais membros da equipe escolar, Bedaque (2015, p.37) afirma:

A colaboração deve estar presente em todos os membros da escola e que a escola precisa de ações colaborativas de todos. Desse modo, reafirmamos a necessidade de uma cultura de colaboração no espaço escolar com a participação de todos os profissionais, incluindo o professor especializado nesse processo.

A educação inclusiva se faz necessária e indispensável nos dias atuais, haja vista que é cada vez mais comum, encontrar pessoas com deficiência em salas de aula. Para isso, se faz necessário a capacitação dos professores na perspectiva da educação inclusiva e o devido suporte ao que se refere a escola, para que se possa atuar de forma efetiva na perspectiva inclusiva. A Professora M.A (2016) diz que inclusão é:

Inclusão escolar é o aluno chegar à escola, ser aceito. E fazer parte dessa escola como um todo. É ele estar na escola todos os dias participando ativamente do processo, claro que dentro das suas condições e daquilo que a escola também pode ofertar, mas que ele esteja ativo, participando e aprendendo [...] é preciso que todos aceitem. É preciso que todos abracem, que recebam esse aluno, compreendendo que ele é mais aluno, que veio para desenvolver seu aprendizado. (PROFESSORA M.A. MOSSORÓ, OUTUBRO DE 2016).

Segundo o dicionário Michaelis, inclusão significa uma "Política educacional que consiste em incluir indivíduos com necessidades especiais em turmas consideradas regulares, fazendo-os participar de atividades não só educacionais, mas também comunitárias, esportivas e sociais". Para tanto, a inclusão visa inserir as pessoas com deficiência junto a sociedade, visando reduzir ou dizimar possíveis barreiras/empecilhos no caminho dessas pessoas. Quando se começou a pensar em inclusão de pessoas com deficiência à escola, as perspectivas tomadas eram baseadas em "escolas especiais". Escolas especiais, seriam a escolas voltadas única e exclusivamente para pessoas com deficiência. Segundo o art.2 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, pessoas com deficiência se caracteriza como:

Aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Tomando como base o artigo acima citado acerca do que é uma pessoa com deficiência, enfatiza-se que pessoas com deficiências não se reduzem/delimitam-se a pessoas com deficiência física ou intelectual, mas também sensorial e mental.

Ao decorrer dos anos e as mudanças frente a postura da sociedade e educação, percebeu-se a necessidade de substituir a educação especial, pela inclusiva. Objetivando a redução de barreiras físicas, atitudinais e arquitetônicas, mediante a vida escolar das pessoas com deficiência. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo

59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades”. Ou seja, a educação inclusiva preza pela inclusão das pessoas com deficiência em sua totalidade, buscando modificações que se adéquem e se ajustem mediante a necessidade do aluno. Apesar de todos esses quesitos serem respaldados por leis, nem sempre esses direitos são cumpridos e respeitados, quando por exemplo o aluno com deficiência intelectual não possui atividades adaptadas, ou um plano educacional especializado direcionado a necessidade do aluno.

A professora M.A relata que a inserção das pessoas/crianças com deficiência na sala regular ainda é algo muito difícil, e complicado. Pois, há falta de recursos, falta de tempo para se trabalhar as peculiaridades de cada aluno.

Ainda é muito difícil, por muitas questões, sabemos que há falta de recursos. Nós até vamos adaptando, vamos construindo, vamos observando aquele aluno, observando o que ele está precisando na sala de aula para facilitar o trabalho do professor, para ajudar esse aluno a aprender, vamos construindo esses recursos e criando estratégias, mas ainda é muito difícil, a demanda cresce a cada dia e o nosso tempo é pouco, nós não podemos nos dedicar a uma escola só, eu trabalho em 2 seguimentos, então me resta muito pouco tempo para que eu ofereça aquilo que o meu aluno precisa. (PROFESSORA M.A.MOSSORÓ, OUTUBRO DE 2016).

Frente aos relatos da entrevistada, percebe-se que a escassez de recursos/materiais para se trabalhar, impacta negativamente no desenvolvimento das atividades pensadas/planejadas para os alunos, a adaptação de recursos/materiais é uma boa estratégia, porém nem sempre possível e realizável.

A sociedade é heterogênea, para tanto a heterogeneidade faz parte da sociedade e também da educação. Sobre o olhar de Bedaque (2015, p.15) “a heterogeneidade em meio a sociedade é comum, é preciso aprender a conviver, respeitar e valoriza - lá em meio aos diversos âmbitos sociais. Se a sociedade é diversa, e o diverso faz parte do nosso dia a dia, no mínimo faz-se necessário aprender a conviver e respeitar o princípio da diversidade”.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um apoio escolar, que acontece através de uma correlação com o ensino educacional, visando apoio, suporte e intervenções que potencialize a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais.

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação de alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (Diretrizes Operacionais Da

Educação Especial Para O Atendimento Educacional Especializado Na Educação Básica).

Ainda sobre a perspectiva das Diretrizes Operacionais Da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado Na Educação Básica, faz-se necessário pontuar que o Atendimento educacional especializado – AEE, desenvolver atividades paralelas a sala de aula comum, porém não substitui as atividades da sala regular, nem muitos menos pode ser tomado com acompanhemos/terapias voltadas a pessoas com deficiência. O AEE direciona suas atividades e intervenções para o ambiente educacional, embora seus ensinamentos ultrapassem os muros da escola.

A entrevistada relata que cada aluno traz em si sua singularidade, que sua experiência atual se resume em cada dia novos desafios. Que a cada dia surgem novas dificuldades e desafios para serem enfrentados. “É um aprendizado a cada dia, todos os dias a gente se depara com novos desafios [...], mas é muito aprendizado para nós, porque nós precisamos sempre está buscando o tempo todo melhorias”. (PROFESSORA M.A. MOSSORÓ, OUTUBRO DE 2016).

Apesar de já está há 11 anos trabalhado sobre a perspectiva inclusiva frente ao AEE, a entrevistada ainda se surpreende diariamente com os desafios que surgem em sua prática e se sente desafiada. Em sua fala, podemos perceber o quanto a educação inclusiva nos exige formação continuada, empenho e dedicação, pois cada novo conhecimento adquirido, pode impactar de forma positiva na vida de uma criança com deficiência.

3 RELAÇÃO PROFESSOR – CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA

A relação entre o professor e a criança com deficiência é um ponto relevante, crucial e que merece destaque, mediante a face da educação inclusiva. Há o questionamento, o que será que os professores e a escola, estão fazendo para que as crianças com deficiência sejam inseridas nas atividades escolares? Quais estratégias eles estão planejando para que a inclusão venha ser efetivada no âmbito escolar? Sendo essas, questões sociais e educacionais difíceis de lidar e responder, pois como relatado pela Professora M.A (2016) a falta de recursos é algo constantemente presente. Mediante a perspectiva de Nóvoa (1996, p.21) “As questões sociais nunca são simples. Muito menos as que dizem respeito à educação e ao ensino”.

Ainda com base na perspectiva de Nóvoa, podemos elencar a educação como uma modalidade ampla e heterogênea, para tanto com diversos olhares e percepções, daí então surge a complexidade mediante as questões educacionais. Como elencado acima, há diversos olhares

da sociedade sobre a perspectiva da educação, para tanto as adaptações e sobrevivências, frente a falta recursos para AEE apontado pela entrevistada, aos olhos da sociedade pode minimizar a importância das atividades desenvolvidas na sala multifuncional.

A professora M.A nos relata, que para o aluno venha a ser inserido nas atividades rotineiras da escola, como comemorações, atividades de sala, é preciso elencar estratégias e buscar driblar os desafios, que vão desde os ambientes sem acessibilidade à falta de compreensão da realidade educacional desses alunos pelos docentes, equipe administrativa e pelos demais discentes. Observar como o aluno reage mediante de tal experiência, como ele se comporta diante tal novidade, para que se possa trabalhar o aluno a partir dessa perspectiva, das suas habilidades e limites.

Nós tentamos trabalhar o coletivo, porque na medida em que você já trabalha esse coletivo na sala de aula, quando você direciona uma atividade extraclasse, uma atividade esportiva ou recreativa, aquele aluno já está acostumado a isso e os outros também já estão acostumados, já existe uma dinâmica na sala que vai fazer que aquele aluno participe, porque se você tiver uma prática na sala, e outra para o aluno com deficiência, esse momento não vai dar certo. Porque ele não vai estar preparado para isso, então, em qualquer que seja a condição do aluno, é preciso que isso seja uma prática cotidiana [...](PROFESSORA M.A.MOSSORÓ, OUTUBRO DE 2016).

Sobre o prisma da entrevistada M. A, é possível concluir que incluir são ações recorrente e cotidianas, baseadas nas habilidades da criança com deficiência, e gradativamente essas atividades vão sendo endossadas, estruturadas e fixadas junto ao cotidiano da criança.

Sobre o olhar de Bedaque (2015, p.45) o AEE busca integrar e melhorar o desempenho do aluno com deficiência em meio as práticas escolares, porém, que tal ações é uma função da equipe escolar como um todo e não somente do AEE "A ação pedagógica deve ser de todos, visando o aprendizado do estudante e promovendo a sua participação em todas as práticas". Para tanto, o desenvolvimento do aluno com deficiência é função da sala de aula regular e AEE, não somente do AEE.

A Entrevistada M.A (2016) enfatiza que a criança deve ser sempre elogiada, mesmo quando não consegue atingir totalmente o que proposto a ela. O elogio é uma estímulo psicológico que leva ao maior desenvolvimento de uma criança. Assim como uma crítica, pode levar a criança a se fechar em seu mundo, e se resguardar de tudo. No contexto educacional, familiar e social, o elogio é algo de suma importância para o desenvolvimento das potencialidades do aluno. Segundo Zattoni (2011, p.8583) “o elogio possui um papel especial no desenvolvimento da autoestima, principalmente se vindo de sujeitos os quais a criança respeita e possui admiração, como ressaltar dos pais, irmãos mais velhos e professores”.

Eu acho que ela deve ser elogiada sempre que ela consegue realizar alguma coisa, mesmo que ela não tenha atingido 100%, eu queria 100% dela. Ela não conseguiu atingir esses 100%, mas conseguiu atingir 60%, 70% ela precisa ser motivada. Eu entendo que o elogio faz bem para qualquer aluno, não só para aluno com deficiência[...]. (PROFESSORA M.A. MOSSORÓ, OUTUBRO DE 2016).

Porém a Professora M.A (2016) nos relata que, em alguns momentos o elogio se torna ineficiente e indiferente para algumas crianças. Que nesse momento é preciso agir com o pulso forte, usar a presença do corpo, gestos, para que o aluno perceba que ela está presente, que ela tem domínio da situação, e que necessita de respeito. Enfatiza isso dizendo que alguns alunos com os quais ela lida “eles não vão atender o oral, em muitos momentos preciso também mostrar com meu corpo aquilo que eu quero deles, muitas vezes preciso me dirigir fisicamente a eles, com o toque, com a presença, com o movimento para que eles possam me compreender” (PROFESSORA M.A. MOSSORÓ, OUTUBRO DE 2016).

A inclusão social desses alunos em meio à sociedade ainda é algo pragmático e estigmatizado, principalmente ao que diz respeito ao apoio prestado a essas famílias. Essa falta de apoio muitas vezes limita o acesso e o desenvolvimento dessas crianças em meio a sociedade, pois as famílias também são limitadas. No Art.1 da lei 13146/2015 diz-se que:

[...]a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

O art.1 da *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI)*, delinea assegurar condições de igualdade, liberdade, e o exercício dos direitos das pessoas com deficiência. Sobre o art. 1 da LBI, a entrevistada M.A (2016), no relata que nem sempre esses princípios são efetivados. Quando por exemplo, uma criança com deficiência da zona rural não consegue ir até um evento cultural, pois não tem transporte adequado, ou quando as barreiras arquitetônicas impedem que esse aluno se locomova. Dando bastante ênfase a questão da falta de apoio a família, que fica à mercê dos recursos faltosos, e que isso implica negativamente no desenvolvimento social do aluno.

Ainda falta muitas coisas, nós percebemos que ainda falta espaços onde esses alunos possam frequentar. Falta na questão da saúde, falta acesso! As vezes existe o apoio, mas o acesso a esse apoio ainda é muito difícil, devido a demanda que sabemos que ainda é grande, nós buscamos um atendimento para um aluno e muitas vezes não tem, porque não existe condição de ofertar esse atendimento [...].a família se sente muito sozinha, ela traz para a escola porque sabe que a escola está buscando, ela leva para

um atendimento clínico por que sabe que ela vai ser atendida, mas quando parte para o social, para o cultural por exemplo, não existe um preparo muitas vezes, não existe uma oferta, em muitos lugares não tem acesso, a acessibilidade ainda é muito deficitária [...].(PROFESSORA M.A. MOSSORÓ, OUTUBRO DE 2016).

Sobre o prisma da entrevistada, podemos perceber que algumas vezes existem programas pensados para pessoas com deficiência, porém não existe o suporte e apoio, para que esse aluno efetivamente usufruir desses programas, o que os torna ineficientes. Ainda sobre o olhar da entrevistada, percebe-se a grande importância da escola frente a inclusão. Uma instituição que busca a inclusão para além dos muros da escola, através da sala de aula regular e da sala de recursos multiprofissionais, que objetiva dar asas a seus alunos com deficiência.

Quando a escola pretende ser inclusiva e encontrar caminhos na quebra das barreiras, os encontros com os diferentes parceiros devem fazer parte da prática da escola, viabilizando novas ações com os profissionais, não só da escola como da área de saúde, desenvolvimento social, transportes, mobilidade urbana, família, dentre outros. Todas estas ações fazem criar uma nova maneira de trabalho que potencializa os recursos da comunidade. (BEDAQUE,2015,P.54).

A fala de Bedaque acima citada, nos traz à tona um grande conflito, não basta apenas criar recursos ou programas, é preciso fazer acontecer, é preciso efetivar, buscar parcerias, buscar por programas suplementares, para que as pessoas com deficiências possam realmente usufruir dos seus direitos. Tão pouco, valerá esses recursos e programas sejam efetivados dentro da escola, se a escola não souber direcionar e executar da forma correta, ou procrastinar em tais ações, pois o incluir/ a inclusão perpassa os recursos legais, mas também perpassar o bom preparo das escolas para trabalhar/desenvolver a inclusão.

4 ASPECTOS ESPECÍFICOS: ATIVIDADES ACADÊMICAS

Cada aluno tem suas especificidades, se constituindo com um ser único mediante o processo educacional. Mediante as especificidades de cada aluno, se faz necessário que o professor utilize de estratégia direcionadas/específicas para cada aluno, pois cada um aprende a seu modo, ao seu tempo e de forma singular, os procedimentos de ensino devem ser direcionados de acordo com as especificidades de cada indivíduo. A professora M.A nos relata que, os procedimentos usados por ela em sala de aula variam de acordo com o aluno, de acordo com a necessidade que ele possui, e sua curiosidade

[...] depende muito de aluno para aluno, mas a gente tem o estabelecimento da rotina[...] praticas mais coletivas, o uso de recursos visuais, de material concreto a

gente vai dinamizando isso de acordo com a turma e de acordo com a necessidade, com o conteúdo do professor, a gente vai sentando junto, vai conversando, eles vão pedindo opinião [...]. (PROFESSORA M.A. MOSSORÓ, OUTUBRO DE 2016).

Esse entrelace entre a sala de aula e o Atendimento Educacional Especializado, é algo de extrema importância, sendo respaldado por lei. De acordo, a Resolução Nº4 de Outubro de 2009 das Diretrizes Operacionais Para o Atendimento Educacional Especializado, “A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular”. Faz-se importante essa articulação, entre o profissional do Atendimento Educacional Especializado e o da sala regular, pois a comunicação entre ambos potencializa as qualidades do aluno e reduz suas dificuldades, uma vez que o professor de sala de aula regular tem mais conhecimento sobre a criança com deficiência, haja vista o professor do AEE, que passa no máximo 02 horas em contato com o mesmo.

O diálogo permanente entre o professor de AEE e professor de sala regular pode favorecer que, para além da matrícula, sejam propostas ações possíveis com intencionalidade por parte da equipe escolar, considerando as condições dos estudantes". (BEDAQUE, 2015, p.55).

Sobre as entrelinhas de Bedaque, é possível perceber que a criança com deficiência, não é apenas um número mediante o senso. São seres humanos/famílias que buscam ajuda, que necessitam de suporte e orientação frente as necessidades educacionais de uma criança com deficiência. Para tanto, firma-se a importância do papel do AEE frente a comunidade escolar e sociedade como um todo.

A Professora entrevistada nos relata que os professores da instituição a qual participa, sempre pedem orientações quando sentem dificuldades para lidar com esses alunos com deficiência, e que ela disponibiliza dicas, modelos estratégicos e recursos que venham a facilitar a aprendizagem desses alunos em sala de aula. Sempre dando orientações da melhor forma de lidar com esses alunos, como agir diante das diversas atividades, como: avaliação, trabalhos, projetos. Sempre buscando direcionar essas orientações de acordo com as especificidades do aluno.

[...] Pra uma avaliação, a gente sempre orienta que as avaliações elas precisam estar adaptadas a condição daquele aluno, então o professor vem: Como é que a gente pode fazer? No caso do aluno cego, a gente vai construindo os recursos, dispondo de material concreto, [...] a atividade de recreação, atividade de arte muitas vezes eles pedem sugestões também, como preparar uma atividade de arte que aquele aluno possa está participando, muitas vezes nós vamos até a sala [...]então a gente vai levando essa atividade também para sala de aula. (PROFESSORA M.A. MOSSORÓ, outubro DE 2016).

A orientação dos professores da sala regular, feita pelo profissional do AEE é de suma importância, haja vista o conhecimento sobre os procedimentos inclusivos e metodologias que potencializam esse aluno.

Ainda sobre a premissa de avaliação, a entrevistada relata que a aprendizagem se dá de diferentes formas. Pois, cada aluno tem um processo de aprendizagem diferente, singular e em tempo diferente. Enfatizando que avaliar a aprendizagem desse aluno, depende de como o professor concebe o significado de aprendizagem.

Eu avalio que a aprendizagem ela acontece de diferentes formas e diferentes níveis. Alguns conseguem caminhar mais rapidamente outros mais lentamente e existe casos que a gente as vezes para e diz assim: “Eu não consegui fazer nada, eu não consegui fazê-lo avançar”. [...]as vezes depende muito do que a gente pensa por aprendizagem. Não só aprendizagem de conteúdo, mas outras aprendizagens também que ele consiga, por exemplo: esse ano não conseguiu que ele permanecesse na sala, mas no dia seguinte às vezes o aluno volta e ele tem outro comportamento na sala de aula, então houve aprendizagem. (PROFESSORA M.A. MOSSORÓ, OUTUBRO DE 2016).

Conceber a aprendizagem é um processo delicado e empático, se colocar no lugar do outro e pensar em seu trajeto e ver o que houve de melhoras em si, em sua vida escolar, em sua vida, que dificuldades perpassam o trajeto desse aluno impedindo que as atividades acadêmicas sejam realizadas e deem resultados esperados aos olhos de muitos.

Quando se trata de educação inclusiva, a avaliação quantitativa por meio de notas, se torna menos significativa. A respeito desse processo de aprendizagem, tece Bedaque (2015, p.52) que é necessário que:

Os professores a conhecerem os contextos de vida articulados a condição do estudante com deficiência para identificar as necessidades ao seu processo de inclusão e promover condições para que o atendimento educacional especializado em colaboração com a escola planeje o melhor para o desenvolvimento da aprendizagem nos diferentes espaços educativos que participam.

Como pontuado acima, para que possa compreender essa criança com deficiência e buscar desenvolver esse aluno da melhor forma, é preciso conhecer o contexto desse aluno, identificar seus pontos fortes e fracos e trabalhar em colaboração com a equipe escolar, pois o AEE não existe somente na sala de recursos multifuncionais.

Uma das dificuldades relatadas pela professora na realização das atividades acadêmicas, é a falta de políticas públicas que ofereça suporte extraescolar para esses alunos. Pois, o aluno necessita está no contraturno no Atendimento Educacional Especializado, mas

não existe transporte para que esses alunos cheguem ao atendimento, e que isso desencadeia uma infrequência do aluno ao atendimento. Outro ponto relatado é a falta de recursos para melhor trabalhar com essas crianças, apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu artigo 59, preconizar que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades, pela perspectiva da professora entrevistada, tais ações nem sempre acontecem.

A entrevistada ainda relata que há uma falta de consciência coletiva e a empatia da classe docente, em achar que aquele aluno especial é apenas dos professores do Atendimento Educacional Especializado, e que esse é um dos pontos que mais dificulta suas atividades. Mesmo as Diretrizes Educacionais para o Atendimento Educacional Especializado, enfatizando que a ação do AEE deve ocorrer em parceria com a professora da sala regular, pelos relatos da entrevistada, essa falta de coletividade esse é um ponto frequente em sua realidade.

Ao ser perguntada o que facilitaria suas atividades acadêmicas, a entrevistada relata que “contar com apoio, porque sozinho a gente não consegue a inclusão. Ela não acontece se o todo da escola não entender que o aluno é da escola, que ele não é daquela professora, então quando tem apoio a gente consegue caminhar melhor”. (PROFESSORA M.A, Mossoró/RN, Outubro de 2016). Mediante o relato da professora, podemos citar a importância do Profissional do Atendimento Educacional Especializado ter consciência e conhecimento acerca das diretrizes Operacionais do AEE, para que assim possa pontuar suas funções e atribuições e fazer seu trabalho mediante o que consta na lei. e não o que outras profissionais acham pertinente.

Ao ser indagada sobre suas práticas educativas, a professora entrevistada nos relata que a atividade mais utilizada por ela é contação de história, “porque a partir da contação da história a gente vai abrindo um leque, para que se trabalhe os conteúdos” (PROFESSORA M.A. Mossoró/RN, Outubro de 2016). E que a segunda prática mais utilizada é a roda de conversa, onde se é possível perceber as percepções da criança, procurando entender melhor o aluno, e gerir melhor os métodos que irá usar com ela. De acordo com o Referencial Curricular Nacional Para A Educação Infantil (1998, p.138):

A roda de conversa é o momento privilegiado de diálogo e intercâmbio de ideias. Por meio desse exercício cotidiano as crianças podem ampliar suas capacidades comunicativas, como a fluência para falar, perguntar, expor suas ideias, dúvidas e descobertas, ampliar seu vocabulário e aprender a valorizar o grupo como instância de troca e aprendizagem. A participação na roda permite que as crianças aprendam a olhar e a ouvir os amigos, trocando experiências. Pode-se, na roda, contar fatos às crianças, descrever ações e promover uma aproximação com aspectos mais formais da linguagem por meio de situações como ler e contar histórias, cantar ou entoar canções, declamar poesias, dizer parlendas, textos de brincadeiras infantis etc.

Ao que corrobora o Referencial Curricular Nacional Para A Educação Infantil, roda de conversa é um momento rico em devolutiva, em troca de informações e saberes entre o professor e o aluno. Neste momento, o aluno se vê como alguém próximo e do mesmo “nível” do professor, expressando-se de espontânea e verídica, de forma que facilita a análise do AEE.

5 PRÁTICA DE INTERVENÇÃO E RELATO DE REGISTRO

O Projeto de intervenção foi direcionado a um aluno da rede pública de ensino, diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista, na cidade de Mossoró, com 8 anos e regularmente matriculado no 2º ano do ensino fundamental. Percebemos que suas maiores dificuldades eram, aceitar regras, seguir ordens, e se expressar emocionalmente e verbalmente. Visando isto, foram desenvolvidos 3 (três) recursos. 1 (um) recursos de alta tecnologia e 2(dois) de baixa tecnologia, com a finalidade de suprir as necessidades do aluno, relatadas pela professora do Atendimento Educacional Especializado.

A prática interventiva ocorreu em três etapas: Observação, aproximação e intervenção. Na primeira etapa, observação, podemos observar que o aluno não sabia expressar sentimentos como raiva, alegria, dor, que independentemente da situação, sua expressão era a mesma. Percebemos seu interesse pelo computador, constantemente apontava o mesmo. Porém, não conseguia utilizá-lo pois estava desligado, e a professora do AEE sempre o direcionava para algum outro recurso.

Mediante seu interesse pelo computador, iniciamos a etapa de aproximação. Ligamos o computador e fomos ambientá-lo ao mesmo diante disso, ganhamos sua confiança, e conseguimos nos aproximar e manter um breve dialogo e devolutivas como "Sim" ou "Não".

Na terceira etapa, após analisar as dificuldades e aptidões do aluno, iniciamos a intervenção. Deixamos a criança a vontade, escolhendo qualquer brinquedo da sala, para que pudéssemos ganhar novamente confiança dele. Colocamos uma manta no chão e começamos a brincar, procurando chamar o máximo de atenção dele. Apresentamos o recurso de baixa tecnologia, o tabuleiro matemático (Fotografia 1) ao aluno e começamos a brincar com a professora do atendimento especializado, para que o mesmo observasse como se utilizava o recurso e se familiarizasse.

Concomitante ao uso do tabuleiro matemático, utilizamos a face interativa (Fotografia 2) para que ele visse como se manuseava o recurso e se expressasse emocionalmente por meio dele.

Após a aproximação, nos dividimos em “times”, e cada um dos três jogadores, ficou com uma cor demarcada no recurso utilizado (Fotografia 1). De início, ele teve dificuldade em aceitar a lógica/regra do recurso, de compartilhar o objeto, de passar a vez, mas no decorrer do jogo, foi aceitando e respeitando as regras e obedecendo a sequência do jogo.

O aluno sujeito da pesquisa começou a apalpar a face interativa, foi conhecendo, passando a mão na superfície. E era indagado: como você se sente? Você gostou do brinquedo? Você está feliz com a brincadeira? Então o aluno começou a nos responder por meio da face interativa. Em que ao final de cada rodada, os jogadores se expressavam, diziam como se sentiam por meio da face interativa (feliz, triste, chateado, etc).

No segundo momento, chamamos o aluno para o computador, mostramos um vídeo falando sobre a abelha e sua colmeia, para posteriormente aplicarmos o recurso de alta tecnologia "A Abelhinha Voadora" (Fotografia 4). A "Abelhinha Voadora" era uma atividade projetada no PowerPoint, em que o aluno teria que fazer o caminho da abelhinha até a sua colmeia. Objetivando trabalhar sua atenção, percepção e lógica. De início ele mostrou dificuldade em dominar o mouse, mas após algumas tentativas, ele foi dominando os movimentos e a cada tentativa ele melhorando, e nós, vibrando juntamente com ele por sua conquista.

Tivemos sucesso em todos os recursos utilizados. A participação da professora do Atendimento Educacional Especializado foi de suma importância, ajudando no decorrer das atividades propostas, ajudando no direcionamento do aluno, haja vista que ela já tinha um convívio com o aluno e que algumas vezes foi necessário assertivo com ele.

A prática interventiva se deu de forma leve, divertida e prazerosa. Ganhamos sua confiança, tendo como origem da prática a curiosidade, aptidão e dificuldades do aluno objeto da pesquisa. De início houve imposição, negação, a ação de fuga, mas após o processo de aproximação e interação, conseguimos avanços significativos e prazerosos.

Quadro 1 - Face Interativa

Face Interativa			
Objetivos	Recurso	Estratégia	Dificuldades
Expressar sentimentos afetivos;	Recurso de baixa tecnologia com expressões faciais,	Intercalar o uso da face com o tabuleiro matemático;	Não houve dificuldade de aceitação.

Estimular expressões verbais.	comunicando estado afetivo.	Registro fotográfico com câmera digital	
-------------------------------	-----------------------------	---	--

Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2016)

Quadro 2 - Tabuleiro Matemático

Tabuleiro Matemático			
Objetivos	Recurso	Estratégia	Dificuldades
Trabalhar números; Trabalhar interação; Percepção das cores; Desenvolver a capacidade de aceitar regras.	Recurso de baixa tecnologia com números e cores.	Intercalar o uso do recurso com a face; Deixar o aluno à vontade; Registro fotográfico com câmera digital.	Dificuldade inicialmente, em aceitar compartilhar o brinquedo e de seguir as regras do jogo.

Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2016)

Quadro 3- Abelhinha Voadora

Abelhinha Voadora			
Objetivos	Recurso	Estratégia	Dificuldades
Trabalhar motricidade fina;	Recurso de alta tecnologia, produzido no programa Power Point.	Vídeo falando sobre a abelhinha e sua colméia;	Inicialmente houve dificuldade em manusear e seguir o caminho proposto pelo recurso para se chegar a colméia.
Estimular a aceitação de regras através da sequência do percurso.		Registro fotográfico com câmera digital.	

Fonte: AUTORIA PRÓPRIA (2016)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste artigo se baseou em pesquisas iniciadas anteriormente a este curso de pós-graduação, mais especificamente em pesquisa realizada durante a disciplina de Práticas e Intervenções educativas, no Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, sendo aperfeiçoada durante a realização do presente curso de especialização em Atendimento Educacional especializado.

Com a pesquisa, foi possível compreender que a função do professor do Atendimento Educacional Especializado perpassa a sala de recursos multifuncional. Partindo da observação e convivência com a professora M.A, além da concessão de sua entrevista, podemos concluir que a interação da professora da sala de aula regular e da professora do AEE, devem ser práticas de cooperação e complementação, realizado sempre em parceria, haja vista que o AEE complementa ou suplementa o que ocorre na sala de aula regular por meio de suas intervenções e orientações.

Porém, também percebemos que apesar do trabalho em parceria da sala de aula regular e AEE ser uma exigência regimental, presente na Lei Brasileira de Inclusão (13.146/15) na prática, essas parcerias nem sempre ocorrem. Pela pesquisa, foi possível concluir que o trabalho realizado na Sala de Recursos Multifuncional, através do Atendimento educacional especializado ainda é um trabalho não compreendido pela comunidade escolar, a iniciar pelos professores da sala regular, que não entendem como a professora atende apenas um alunos por horário, enquanto os mesmos tem que realizar o seu trabalho em salas numerosas, sendo inclusive considerado como injusto o recebimento de proventos da professora da sala de AEE igual aos professores da sala regular.

Concluimos que o AEE em conjunto com todo o corpo docente deve elaborar projetos, planos de aulas, atividades recreativas que efetivem a inclusão no âmbito educacional e social dessas crianças. Dando sempre ênfase que deve-se buscar sempre desenvolver o cognitivo, social, afetivo e a motricidade dessa criança, respeitando as singularidades de cada aluno. Porém, para que se busque esse desenvolvimento amplo e integral, precisa-se de mais políticas públicas efetivas na perspectiva de apoio a família desses alunos, e mais recursos financeiros destinado a sala de recurso multifuncional, para que se possa efetivar mais intervenções com essas crianças. São grandes os desafios perante o AEE, sendo a falta de recursos um ponto bastante pontuado pela entrevistada.

Percebemos que a falta de recursos destacada pela professora, não a impede de realizar seus atendimentos, mas dificulta o processo, pois até se produzir algo específico para um aluno, demanda tempo, e as 10 horas voltadas para o planejamento são insuficientes. Porém, também percebemos que a professora se fixava bastante em recursos palpáveis/concretos, sendo que a sala recursos disponibilizava de um computador, tablete e lousa digital, e a professora não explorava esses recursos, não tinha visão dos fortes aliados que tinha junto a sala de recursos.

Levando em consideração o que foi observado e relatado pela profissional do AEE, percebeu-se que a mesma contribui significativamente para com a prática escolar inclusiva, por

meio de sua prática para com crianças com TEA. Foi possível perceber sua preocupação, anseio e cuidado, embasando suas atividades na realidade vivida pelo aluno em sala de aula, mediante seu trabalho de pensar em cada peculiaridade do aluno, do que poderia apresentar/intervir para que esse aluno se desenvolvesse de forma plena, e de que forma ele poderia levar o que aprendia no AEE para sua vida, para seu cotidiano.

A premissa de buscar incluir esses alunos no âmbito escolar, e dizimar o preconceito e barreiras atitudinais que existem em meio ao ambiente escolar, é uma luta constante do profissional do AEE, e para que isso seja efetivado da melhor forma, a formação continuada se faz indispensável.

A prática interventiva realizada pela autora, ocorreu de forma leve, gradual embasada naquilo que o aluno gostava, que era o digital, o movimentar de peças, e com base naquilo que ele precisava melhorar, expressão, percepção, motricidade.

Mediante tais embasamentos, percebemos que o aluno demonstrou prazer e atenção em participar da prática interventiva, que sua aceitação foi mais rápida do que o que se esperava, pois partimos das suas habilidades, para o que ele ainda não dominava. Conclui-se que as ações/intervenções realizadas pela professora do AEE, possuem dimensões que transpassam os muros da escola, o que eles aprendem e desenvolvem em sala, são conhecimentos e aprendizagens para a vida.

REFERÊNCIAS

BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. **Por uma Prática Colaborativa no AEE: Atendimento Educacional Especializado**. 2 ed. Curitiba: Appris, 2016.

Boni, Valdete; Quaresma, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: **como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>>. Acesso em: 10 de Jun. 2024.

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental**. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>>. Acesso em 05 de Jun.2024. 16:04.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 13 de Jun. 2024 .

MEC/SECADI Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 08 de jun.2024.

NÓVOA, António. **Profissão professor – o passado e o presente dos professores.** 2. Ed. Porto editora. 13 – 34p. 1996.

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 12 de Jun.2024.

P O I É S I S – REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO – UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA. FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO. Disponível em: <www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/download/655/613>. Acesso em: 10 de Jun. 2024.

ZATTONI, Romano Scroccaro. **A AUTOESTIMA EM CRIANÇAS DA TERCEIRA INFÂNCIA E SUA RELAÇÃO COM O ELOGIO NO CONTEXTO EDUCACIONAL.** Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5262_3496.pdf>. Acesso em: 21 de Mai.2024.

APENDICÊ

Fotografia 1 - Tabuleiro Matemático



Fonte: Autoria Própria (2016).

Fotografia 2 - Face Interativa



Fonte: Autoria Própria (2016).

Fotografia 3 - Face Interativa.



Fonte: Autoria Própria (2016).

Fotografia 4 - Abelhinha Voadora



Fonte: Autoria Própria (2016).